



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 417 - DE 07 A 21 DE AGOSTO DE 2011 - R\$ 3,00

NÃO à conciliação de classes! Pela independência política e organizativa da classe operária



**Centrais chamam os trabalhadores a apoiarem políticas patronais.
Contra isso, é preciso organizar a luta independente pelas reivindicações**



Enfrentar a crise construindo o partido operário revolucionário e reconstruindo a IV Internacional

Oposição revolucionária a Dilma

Governo de aliança assentado sobre quadrilhas

O governo do PT se assenta em quadrilhas que habitam os ministérios, ramificam-se no interior do Estado e se espriam nos altos negócios dos capitalistas. O escandaloso caso de corrupção no ministério dos Transportes é apenas uma das pontas do novelo. A grande imprensa assinalou vários focos de malversação do dinheiro público nos ministérios das Cidades e da Agricultura.

O pipocar de denúncias expõe a tremenda pressão de setores da burguesia sobre o governo do PT e PMDB, circundado pelo PDT, PSB, PR e PCdoB. Sabemos que a grande imprensa serve à oposição liderada pelo PSDB. Mas os fatos de ladroagem são tão evidentes que o governo não se animou a dizer que se trata de uma conspiração. Pelo contrário, Dilma, acuada pelas revelações no ministério dos Transportes, vem procurando mostrar que não compactuará com os ilícitos, uma vez que sejam demonstrados. O que indica a difícil situação do governo petista. A ampla aliança com partidos que vão do PMDB ao PR potenciou as quadrilhas. Ocorre que os interesses são tantos que os asseclas denunciam uns aos outros. Os corruptores e os corrompidos vivem sobressaltados por disputas em torno das fatias do orçamento de cada ministério.

O governo Lula atravessou seu primeiro mandato espremido por escândalos. O PSDB e o DEM trataram de desmascarar a ética e a moral dos petistas, de forma que todos se igualaram. Ficou assentado que nenhum partido e que nenhum governo da ordem capitalista existirá, sobreviverá e progredirá caso não se embrenhe no fosso da corrupção e participe das quadrilhas burguesas que parasitam o Estado.

Dilma foi eleita por Lula e pela aliança oligárquica e fisiológica. O caudilho aburguesado montou essa pirâmide política. O PT não teria sozinho como arrastar as massas ludibriadas para dar a vitória a Dilma. Não se constitui um governo burguês sem os partidos quadrilheiros e sem as frações capitalistas que sugam o Estado. Os políticos e a alta burocracia do Estado se entrelaçam com os poderosos grupos econômicos. Constituem uma relação orgânica. O dinheiro público é manejado sob tais condições. Eis por que os partidos fundidos com a burocracia do Estado e ligados aos capitalistas, que os



Nascimento, Dilma e Pagot: crise na base governista

financiam, forçosamente constituem quadrilhas com chefes, chefetes e comandados. Essa estrutura estatal e governamental expressa leis da política burguesa.

Os conflitos interpartidários se movem segundo essa conformação e segundo as contradições que se manifestam na economia, nas frações interburguesas e na luta de classes. Os choques em torno da corrupção e dos desmandos não têm nada a ver com moral e ética. Correspondem às disputas em torno da dilapidação dos cofres públicos. Os denunciantes o fazem porque são parte das agências partidárias que concorrem pela detenção do poder político e administrativo de manejar o orçamento.

O PSDB e o DEM perderam força eleitoral e foram sendo alijados dos postos de comando do Estado. No entanto, não perderam o poder de agir no intestino da máquina estatal. Isso por que continuam como dois pilares da política burguesa. A brutal corrupção de seus governos foi assimilada pelo PT, uma vez que passou a dirigir o Estado. Quando estava na oposição, os petistas usavam a arma da denúncia de corrupção e as CPIs para se potenciar. Agora, se vêm na posição defensiva diante dos ataques dos adversários.

A crise no governo Dilma

O ministério dos Transportes estava sob o controle do Partido da República (PR). Três chefes se destacam: o ministro que caiu Alfredo Nascimento; o senador Blairo Maggi, magnata da soja; o deputado federal Valdemar Costa Neto, da bancada parlamentar dos evangélicos. Esses homens colocaram nos postos milionários dos Transportes prepostos, como Mauro Barbosa (chefe do gabinete), que por sua vez organizou os demais quadrilheiros. O senador Blairo colocou no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DENIT) Luiz Antônio Pagot e Valdemar Costa Neto apadrinhou Frederico Dias. Mas o PT não ficou de fora. Participou com Hideraldo Caron e Luiz Cláudio Varejão. É assim que funcionam as alianças.

No momento em que explode o escândalo, os facínoras exi-

gem que o governo os proteja. Em nome dos serviços prestados no Congresso Nacional, o PR pressionou Dilma a contornar as denúncias. Porém, o tamanho da sujeira não permitiu abafá-la. O governo foi obrigado a destituir desde o ministro até subordinados menores. Esperava-se uma operação cirúrgica e assim o estancamento da hemorragia. Mas a crise persiste.

O PR prometeu independência perante a aliança governista. Considerou-se traído por Dilma. O senador Blairo Maggi deixou claro que a fidelidade do PR era a mais canina de todos da aliança. O partido não merecia, portanto, ser defenestrado do ministério dos Transportes sem que o governo o defendesse. Ou seja, que Dilma fizesse o impossível para mantê-los nos cargos. O ex-ministro Alfredo Nascimento discursou no

senado acusando o governo de permitir que o PR fosse varrido como lixo. Na política burguesa, a fidelidade é artigo de compra e venda. Os 40 deputados e 7 senadores do PR tinham muito que oferecer. Blairo e Nascimento arrancaram das mangas a fidelidade para acusar Dilma de tê-los apunhalado pelas costas. O que significa que o PR e seus chefes ficaram à mercê do bombardeio do PSDB e DEM. Nascimento deu o testemunho final: “renunciei ao cargo de ministro no momento em que, diante dos ataques violentos contra mim desferidos, não recebi do governo o apoio que me havia sido prometido pela presidenta Dilma”.

Como se vê, inicialmente, o governo pretendeu proteger o

Dilma é responsável pelos aliados

A chamada “faxina” no ministério dos Transportes não contentou a oposição. O PSDB e o DEM querem alargar a fissura na base governamental. O PR e suas façanhas são, afinal de contas, da responsabilidade da presidente. Vale o ditado “diga com quem andas, que te direi quem és”. As denúncias de falcatruas nos ministérios da Agricultura e das Cidades facilitam a ação do PSDB/DEM em prolongar a crise.

O senador Álvaro Dias provocou tremores no Palácio do Planalto ao obter as 27 assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A adesão de senadores da base aliada expôs a fragilidade do comando da aliança e o perigo de se perder o controle da situação. A retirada da assinatura de João Durval (PDT) bloqueou a iniciativa do PSDB, mas ainda não se sabe se o risco foi afastado, uma vez que 10 assinaturas são de senadores governistas. Para o governo, é necessário bloquear as forças centrífugas liberadas

ministro. No entanto, logo viu que estava diante de uma crise política que poderia ser maior do que esperava, no começo de seu mandato. Ou assumia a defesa do PR e enfrentaria a artilharia pesada da imprensa e da oposição; ou cederia aos ataques deixando o PR a descoberto. Optou pela segunda alternativa, uma vez que a oposição não estava à caça do PR e seus capôs. Mas sim do governo Dilma. Portanto, era melhor para o governo sacrificar o fiel aliado e um pouco mais à frente reconquistá-lo. De qualquer forma, o escândalo dos Transportes abriu uma fissura na administração petista. O seu desenvolvimento dependerá das condições econômicas, que evoluem para um patamar mais elevado da crise.

pela crise no ministério dos Transportes. Uma CPI pode causar um estrago ainda maior nas trincheiras do governo.

As disputas entre governo e oposição em torno da corrupção acobertam os conflitos de política econômica, de distribuição orçamentária para os grupos empresariais e de interesses partidários. O Parlamento serve-lhes de arena. A oposição alijada dos comandos centrais do Estado as transforma em questão nacional, procurando envolver as massas oprimidas. No entanto, volta-se para a classe média, que forma a base eleitoral de todos os partidos burgueses. A classe operária e os camponeses pobres encolhem os ombros porque sabem que a CPI é uma farsa.

O receio do governo não está em que a oposição lidere um movimento popular contra a corrupção. Está em que a CPI funciona como instrumento de luta interna ao Estado. Evitá-la é uma condição para reordenar as forças da base aliada e evitar que o PR se debande para a oposição.

Crise econômica – pressões da burguesia sobre o governo Dilma

Está claro que o Brasil não tem como se manter afastado, imunizado e diferenciado no quadro da crise mundial. Na realidade, a convulsiva situação econômica iniciada em 2008 em nenhum momento deixou de repercutir no País. Não se trata somente da queda do crescimento, que de 7% no primeiro semestre de 2008, passou a ser negativa em 2009 e que nas previsões para 2011 mal alcançará 4,5%. Abriu-se um processo de desequilíbrio generalizado dos fatores que compõem a economia capitalista e que guardam particularidades nos países semicoloniais, como é o caso do Brasil. Observam-se rápidas mudanças na relação entre importação e exportação, na disparada no déficit da conta-corrente, na retomada da inflação, no crescimento das dívidas interna e externa, no esgotamento do explosivo endividamento da população e na queda da produção industrial. A desvalorização do dólar frente ao real (câmbio), a inflação e a retomada da elevação das taxas de juros compõem o quadro de atritos entre as frações da burguesia, que se

expressam na política econômica do governo.

O capital financeiro exige maior remuneração em suas operações e o capital industrial reclama da queda de seus negócios e da lucratividade. O governo cedeu aos banqueiros e financistas elevando as taxas de juros (Selic). E agora está diante do dilema de atender aos reclamos da burguesia industrial. O ministério da Fazenda se encontra no canto da parede premido pelos banqueiros e industriais. Como o capital financeiro determina, em última instância, as decisões estratégicas do governo, o capital industrial se vê obrigado a sair dos bastidores da política e a recorrer a ações públicas. A campanha da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) contra a chamada desindustrialização e de defesa do protecionismo fundamentalmente contra a China é o sintoma do aprofundamento da crise mundial, que se manifesta no Brasil.

Aquira com o distribuidor deste jornal:

Resistência histórica das massas à crise capitalista



Levantes dos povos árabes: Pela autodeterminação e soberania dos povos semicoloniais



Socialismo Científico

Revista do Conselho de Editoria para a Internacionalização da IV Internacional
Ano 01, nº 12, Maio/Julho de 2011

História do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

40 anos da Assembleia Popular na Bolívia

140 anos da Comuna de Paris

Breve história da IV Internacional

Pacotes governamentais

Impotência frente ao capital financeiro

A persistente desvalorização do dólar vem agudizando os choques interburgueses. O câmbio flexível não suporta a invasão de dólares e com ela a invasão de mercadorias do exterior. O governo não pretende centralizá-lo. Está obrigado a lançar mão de taxas e impostos. Nem bem havia aplicado medidas de contenção do capital especulativo, na forma de Imposto de Operação Financeira (IOF), se viu na contingência de recorrer a um novo pacote mais contundente, uma vez que de nada adiantou. Na realidade, trata-se de mais ameaça do que ação concreta. Deu ao Conselho Monetário Nacional o poder de elevar o IOF de 1% para 25%. Diante das possíveis fraudes, estabeleceu o registro das atividades com os chamados derivativos (operações financeiras especulativas). Finalmente, determinou a aplicação do IOF (6%) sobre operações

de longo prazo que fossem resgatadas antecipadamente (uma tentativa de punir as falcaturas).

Essas medidas apenas mostram o quanto o capital internacional tem as mãos livres para saquear o País. Pelo visto, não será capaz de conter a fúria do capital financeiro que procura a todo custo se valorizar na situação de crise mundial. Não por acaso, o governo não tomou nenhuma medida contra os denominados investimentos diretos de estrangeiros (IDE). Continuam a usufruir de total liberdade e privilégios. O governo petista alega que se trata de investimentos produtivos, quando na verdade fazem parte do capital imperialista.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, reclama que o Brasil está sobre o fogo de uma “guerra cambial”. Os Estados Unidos deliberadamente, de fato, desvalorizam o dólar e os banqueiros

internacionais deslocam gigantescas somas para os países ditos emergentes. O Brasil constitui, entre eles, um paraíso para seus negócios. A sustentação do crescimento econômico do País - em meio às tendências recessivas mundiais e à desintegração das economias nas potências - se dá artificialmente. Os sintomas são: aumento do endividamento interno e externo, o alto endividamento da população e invasão do capital parasitário. O governo de Lula é responsável por alimentar os interesses do capital internacional. O seu ministro Mantega, agora, resmungua contra a “guerra cambial”. Mostra-se impotente em fazer a defesa nacional. A sua impotência, não obstante, é o reflexo político da impotência da burguesia brasileira em se opor ao domínio do capital imperialista e ao brutal saque da economia nacional.

“Plano Brasil Maior”

A Fiesp e a CNI arrastaram a CUT e a Força Sindical para reivindicar do governo uma resposta à invasão de mercadorias chinesas e à “desindustrialização”. A manobra burguesa consistia e consiste em comprometer os sindicatos com as disputas intercapitalistas em torno da política econômica, fiscal e monetária. Os sindicatos patronais da indústria aguardavam medidas protecionistas. Finalmente, o governo Dilma anunciou o seu “*Plano Brasil Maior*”. Eis os principais pontos: 1) desoneração da folha de pagamento de alguns setores, como os de móveis, confecções, têxteis, calçados; 2) subsídio creditício; 3) financiamento público para projetos nacionais; 4) aumento dos produtos que contarão com barreiras alfandegárias; 5) regime tributário específico para a indústria automotiva; 6) devolução de taxas a exportadores.

Nota-se que o Plano procurou atender um pouco de cada setor. Por isso foi avaliado como paliativo. Pretendia-se que a chamada desoneração da folha de pagamentos fosse ampla. Mas acabou se restringindo aos ramos

industriais de bens de consumo que utilizam maior número de trabalhadores e que são identificados como genuinamente nacionais. À indústria automobilística, portanto, às multinacionais, o “*Brasil Maior*” reduzirá o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), exigindo como contrapartida um percentual de nacionalização e de inovação.

O governo petista que desde Lula favoreceu o grande capital nacional e multinacional pretende dar ares de uma política nacional-desenvolvimentista. O que não pode fazê-lo a despeito das multinacionais, que controlam a maior parte dos ramos industriais. É evidente que o ramo automobilístico sempre se valeu do apoio estatal. O protecionismo exigido ao governo pela grande burguesia representa fundamentalmente as disputas das transnacionais pelo mercado brasileiro. A máscara do nacional-desenvolvimentismo que cobre o “*Plano Brasil Maior*” não tem como esconder os interesses do capital imperialista e do grande capital nacional a ele consorciado.

Tudo indica que as medidas de apoio à indústria são diminutas e de fôlego curto diante da marcha da crise capitalista. A burguesia recebeu com complacência e com críticas os limites do Plano. Os conflitos mais contundentes ainda estão por vir. O imperialismo já anunciou que iniciativas mais duras deverão ser tomadas. Trata-se de realizar cortes profundos no orçamento, contenção de reajustes do salário mínimo, mais alterações no sistema previdenciário etc..

O que a burguesia está exigindo do governo não é favorecer um setor do capital contra outro, embora estejam em atritos, mas sim descarregar os desequilíbrios sobre a classe operária e demais oprimidos. A chamada desoneração da folha de pagamento é apenas um dos ataques aos assalariados. O governo se mostra reticente em levar consequentemente essa exigência porque golpeará a débil previdência. Corre-se o risco dos explorados se rebelarem. O simples fato de ter aceito a tese da desoneração indica a capitulação do governo petista.

Burocracia da CUT volta atrás

A CUT ficou zangada com o seu governo. Dilma não a convidou para ouvir suas queixas e opiniões sobre o “Plano Brasil Maior”. Bateu o pé, decidiu não comparecer na solenidade de seu lançamento. O presidente da Central, Artur Henrique, declarou que não estava contra a política industrial montada pelo governo, mas que faltavam “contrapartidas” em favor dos trabalhadores. Referiu-se ao fato da desoneração da folha de pagamento não conter garantias de que a previdência não seria prejudicada. No dia 2, o Plano foi apresentado, sem a presença da CUT. No dia 4, Dilma chamou os dirigentes zangados para uma conversa. Saltitando de alegria, os burocratas comunicaram que a presidente Dilma havia recebido o secretário de finanças da CUT, Wagner Freitas, e representantes das demais Centrais sindicais, declarando-se favorável ao “diálogo social” e disposta a ouvir “as sugestões dos dirigentes”.

A CUT retomou o cerne do proble-

ma, que é a tal da “contrapartida” e pediu que o governo considerasse sua proposta de mudança da representação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, passando do quórum de 12 empresários e apenas 2 trabalhadores para o critério da paridade. Os dirigentes da CUT alegam capacidade para integrar um “Fórum permanente de discussão de política industrial tripartite”. Querem colaborar com a burguesia e com o governo, mas precisam se apresentar como se fossem uma terceira força, representando os trabalhadores. Dilma os afagou com o argumento de que os empresários também só foram ouvidos no dia seguinte após a finalização do Plano. E mostrou-se humilde perante a sapiência dos sindicalistas: “*Temos de ficar atentos, ir melhorando o que foi lançado (Plano Brasil Maior). E ficar rouco de tanto escutar. E uma parte estratégica é ouvir o que vocês têm a dizer. Vamos consultar vocês, vocês têm de ajudar a gente a inventar novas medidas, tem muitas coisas que vocês*

sabem que nós não sabemos”. Em resposta, Wagner Freitas disse: “*a melhora na interlocução poderia resolver muitos problemas*”. Os burocratas da CUT, para justificarem o desprezo com que o governo os tratou na elaboração do Plano, precisaram de tamanha palhaçada.

O fato é que sindicalista algum, apoiando ou não apoiando o governo burguês, irá influenciar ou decidir qualquer política de Estado. Quanto mais colaborar com a burguesia, mais palhaço se tornará. O problema está em que esses burocratas controlam com mãos de ferro os sindicatos. Para essa tarefa, não são palhaços. Ao contrário, são carrascos. Eliminam a democracia sindical. Jogam duramente contra o instinto de revolta da classe operária e seus métodos de ação direta. Combatem, a ferro e fogo, o programa de reivindicações dos explorados. Sufocam as iniciativas de oposição e a politização da vanguarda.

Manifestação pró-patronal

A Força Sindical liderou uma manifestação no dia seguinte ao lançamento do Plano Brasil Maior. Reuniu a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), dirigida pelos estalinistas do PCdoB, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

O pretexto foi o de pressionar o governo e o Congresso Nacional a aprovarem a chamada “Agenda Unitária da Classe Trabalhadora”. Assim, cada organização participante levantou a sua bandeira: as Centrais mesclaram reivindicações como “redução da jornada de trabalho”, que é do interesse dos assalariados, com medidas do tipo “redução de juros”, “defesa da



Força Sindical: manifestação de apoio às pretensões patronais

indústria”, “política de inovação tecnológica”, “justiça tributária”, que são próprias da classe capitalista. O MST, como não poderia deixar de ser, esteve presente pela reforma agrária. A UNE desfraldou os “10% do PIB e 50% do Pré-Sal” a serem aplicados na educação. A União Brasileira de Mulheres (UBM) desfilou

pelos direitos femininos. A União de Negros pela Igualdade (Unegro) compareceu pela igualdade racial. E a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) acrescentou à manifestação o pedido de moradia. A CUT não aderiu porque se configurou como uma ação política de pressão sobre o governo Dilma.

A Força Sindical, sob a direção do sindicalista e parlamentar do PDT, Paulo Pereira da Silva, ficou contrariada diante da posição de Dilma de confeccionar o Plano Brasil Maior, sem sua participação, como também ocorreu com a CUT. Essa

ala da direita burocrática tem procurado ganhar posição política apoiando-se na fração burguesa industrial e agindo como porta-voz de seus pleitos econômicos.

Até ontem esteve de mãos dadas com a CUT, participando das reuniões com a

Fiesp e CNI pela campanha contrária à “desindustrialização”. A burocracia do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, cutista, abriu as portas para a Força Sindical defender o empresário nas bases metalúrgicas. A CUT e a Força Sindical realizaram uma passeata conjunta na Rodovia Anchieta em defesa das montadoras, portanto das multinacionais. Não puderam estar juntos na manifestação do dia 3, na Praça Charles Muller, não devido às reivindicações pró-patronais, mas sim porque foi dada a elas um conteúdo de desacordo com a política governamental.

Não é de estranhar o fato do governo do estado e da prefeitura de São Paulo terem apoiado a iniciativa da burocracia

A luta pela independência política e organizativa da classe operária

A burguesia, por meio da burocracia sindical, necessita canalizar as organizações sindicais para defender posições da fração industrial em função das mudanças provocadas pelo avanço da crise mundial e nacional. As Centrais estatizadas confundem os explorados embaralhando algumas bandeiras inócuas e distracionistas - como redução da jornada para 40 horas, emprego com qualidade, regulamentação da terceirização - com as do patronato - redução de impostos e juros, subsídio à indústria nacional, proteção a indústria (reserva de mercado para as multinacionais). É preciso, portanto, combater essa política pró-capitalista, separando as reivindicações da classe operária dos pleitos da patronal.

A crise que se avizinha será mais contundente que a de 2008/2009. Empurrará o Brasil para uma situação completamente distinta do período de 2003 ao segundo semestre de 2008, que foi de crescimento e de recuperação de postos de trabalho. As frações e grupos econômicos mais poderosos sabem disso e se lançam em defesa de seus negócios junto ao governo. Contam, para isso, com o despreparo da classe operária e com a colaboração da burocracia traidora.

O capitalismo mundial vive uma crise de superprodução

Programa proletário para a crise

O capital da classe operária se encontra no programa de defesa da força de trabalho e de destruição do capitalismo. Trata-se do acúmulo de experiências da luta de classes internacional e nacional. Quanto ao programa, o proletariado está muito bem armado. Mas, contraditoriamente, não se encontra organizado para empunhá-lo. Falta-lhe sua principal arma, que é o partido revolucionário. Isso explica por que os sindicatos estão rigidamente controlados pela burocracia e as Centrais estatizadas. Apenas um destacamento embrionário encarna o programa da revolução e ditadura proletárias, que é o Partido Operário Revolucionário. Desenvolvê-lo no seio das massas é uma necessidade de vida ou morte. Corresponde ao objetivo de superar a crise de direção. Se é correto afirmar que o capital da classe operária é o programa, a tarefa colocada é a de potenciá-lo construindo o partido, recuperando os sindicatos e a Central e avançando a organização fabril.

A situação exige:

cia direitista. A burguesia não obteve completamente o que queria de Dilma. Logo, a Força Sindical também não. A CUT ficou descontente, mas não pode mexer um só dedo contra seu governo.

A probabilidade do *Plano Brasil Maior* naufragar é grande. O mergulho do país na crise mundial do capitalismo está somente no início. Os atritos intestinos entre as frações burguesas e no interior do Estado vão se ampliar. As frações burocráticas que dividem os aparatos sindicais são partes desse quadro e vão ser arrastadas com maior impulso pelo choque intercapitalista.

e está obrigado a destruir maciçamente forças produtivas. É o que se verifica nos impasses da economia norte-americana, na bancarrota europeia e no atoleiro do Japão. A avaliação ufanista de que o Brasil não seria arrastado para a retração econômica caiu por terra. O governo petista ainda se agarra no pressuposto exitista que o País está preparado para enfrentar a crise que vem se avolumando nas potências. Mas, certamente, também ruirá. O otimismo burguês serve para iludir as massas. O papel da burocracia da CUT (PT), da Força Sindical (PDT) e da CTB (PCdoB) é de inocular no movimento sindical a falsa previsão de estabilidade e de possibilidade de progresso social.

Ao contrário, é urgente alertar a classe operária e os demais oprimidos, por meio da agitação e propaganda, sobre o vendaval que se aproxima. Alertá-los diante das mentiras e falsificações da burocracia sindical de que a defesa dos interesses da indústria resultará na defesa do emprego. Assim que a retração econômica ganhar força, as demissões em massa voltarão. O maior perigo não está na crise capitalista em si, mas sim no despreparo do proletariado para enfrentá-la com um programa próprio em uma política de independência de classe.

1) separar nitidamente as reivindicações da classe operária dos pleitos patronais;

2) defender um plano de lutas por emprego a todos, pelo salário mínimo vital, pela reposição das perdas salariais e pela proteção das massas diante da elevação do custo de vida;

3) propagandear o programa de expropriação revolucionária dos ramos fundamentais da economia e do sistema financeiro, defendendo a estatização sob o controle operário da produção e desenvolvendo a estratégia da constituição do governo operário e camponês por meio da revolução proletária;

4) recuperar as organizações das massas exploradas, combatendo a burocracia com as bandeiras da democracia operária e independência política frente à burguesia e os governos.

O Programa de Transição da IV Internacional corresponde à situação de desintegração histórica do capitalismo e constitui um poderoso arsenal com o qual o proletariado combaterá a classe burguesa, derrotará a burocracia traidora e se defenderá contra a barbárie imperialista.

Acordo nos EUA não evita agravamento da crise

O governo Obama conseguiu obter um acordo para elevar o teto da dívida pública norte-americana acima dos atuais 14 trilhões e 400 bilhões de dólares. Nas últimas horas do prazo para evitar o calote da maior potência mundial, republicanos e democratas aprovaram a elevação do teto e medidas de cortes de gastos que preservam a isenção fiscal às grandes fortunas e atacam serviços sociais públicos e gastos militares. A oposição republicana conseguiu impor ao governo as principais medidas que almejava, e Obama só salvou do facão seu novo plano geral de saúde.

A possibilidade de calote do governo da maior potência mundial expôs a potencialidade da crise. Não se trata apenas de economias menores, como a da Grécia, que ainda assim sacode a economia mundial, mas do consumidor de um terço do produto mundial. A raiz da crise do endividamento ianque é a mesma da crise dos países do bloco europeu: o subsídio estatal para amenizar os efeitos da crise de 2008 levaram os estados nacionais à falência. A impossibilidade de retomada do processo geral de valorização do capital a partir da reconcentração de mercados e capitais impede que a economia mundial responda positivamente e anula as medidas de atenuação da crise. Cofres públicos estafados não conseguem responder a novas contradições que se vão colocando. A queda na produção inviabiliza o avanço da arrecadação para repor os cofres nacionais, e a falência dos estados alimenta a crise nas bolsas de valores, impondo mais retrocessos econômicos.

A débacle do endividamento ianque colocou em relevo as tendências gerais da crise capitalista mundial. Constatou-se que não havia saída que não impulsionasse as tendências recessivas. O calote do governo precipitaria a recessão norte-americana e mundial. O plano dos republicanos incentiva a recessão interna, que contamina os mercados externos.

Logo após o anúncio do acordo entre democratas e republicanos, esperava-se que a ansiedade mundial fosse

contida. Mas logo a seguir as bolsas de valores mundiais despencaram, ao serem anunciados dados indicando a retração do consumo e fraco desempenho do PIB nos EUA, inflação anualizada em 6,87%, e desemprego em 9,1% em julho, diante de 9,2% no mês de junho. O índice de desemprego está ao redor de 9% desde junho de 2009, quando se anunciou oficialmente o fim da recessão. As quedas das principais bolsas europeias estiveram próximas dos 4,3% em 04/08, e 2,7% no dia 05/08. Nos EUA, as quedas foram de 4,32% no índice Dow Jones e 5,07% na Nasdaq em 04/08. Desde 2009 não se registavam quedas tão expressivas. Os preços internacionais das commodities caíram em geral, o que afetou as ações de empresas como Petrobras, Vale e OGX.

O anúncio de Itália e Espanha, terceira e quarta economias europeias, de que estão na condição de insolvência, acirrou as tendências gerais de retração. Apesar de o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira projetar um gasto de 340 bilhões de euros com esses dois países, todos consideram esse montante insuficiente para dar conta dos problemas. A corrida do Banco Central europeu de compra de títulos das dívidas dessas duas economias indica o temor da perda de controle sobre a crise.

O caso da Grécia já havia mostrado a falência da unificação monetária sob a tutela alemã e francesa. O peso do Euro impossibilitou ao governo grego agir com medidas monetárias que poderiam impor as medidas econômicas de ataques às massas de forma gradual. Não há moeda grega para desvalorizar. Então é preciso desvalorizar nominalmente os salários e cortar literalmente os gastos com serviços públicos. Ainda assim, não haverá saída para a Grécia. Coloca-se como possibilidade (e mesmo necessidade da crise) a desintegração da unidade monetária européia.

O Japão teve de atuar fortemente para conter a valorização do iene frente ao dólar.

No Brasil, a queda da Bolsa de São Paulo foi de 5,72% em 04/08, a maior

desde 2008. O resultado do ano mostra que não se trata de um episódio de exceção, mas da manifestação das tendências mais gerais de crise: a bolsa entrou em 2011 na casa dos 70 mil pontos, e caiu para perto de 52 mil. Já são 23% de perda no ano. Há setores, como o do aço, que já sentem de forma mais aguda a tendência recessiva. O dólar, que vinha despencando dia a dia, voltou a subir.

Todos esses dados indicam que as tendências mais profundas da crise deflagrada em 2008 estão presentes e pulsam para se manifestar em retração econômica. A crise capitalista é a da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção e distribuição esgotadas. O capitalismo é um regime econômico historicamente em declínio, mas se preserva através de suas crises que destroem amplamente as forças produtivas de forma a permitir um novo ciclo de acumulação, assentado em contradições ainda mais profundas que as do anterior, e potencializando crises mais violentas no futuro. As principais vítimas da crise capitalista são as massas assalariadas, que pagam seu preço com o desemprego e a miséria.

Vivemos precisamente um momento em que se chocam as forças reacionárias do capital em busca de despejar violentamente sobre as massas os custos da atual crise, de um lado, e de outro vemos se levantarem multidões contra as medidas que planejam os governantes de seus países, sob a batuta das potências mundiais. Entre ambos, situam-se as direções das organizações de massas, que buscam a via da conciliação, que só pode se dar no quadro geral de imposição das medidas reacionárias. As massas, para superarem a crise, só podem caminhar rumo à liquidação do poder político e econômico da classe burguesa. Para tal, terão de superar as atuais direções e construir seu partido revolucionário, que é condição indispensável para a independência de classe e para realizar a revolução proletária.

Baixos salários do funcionalismo e más condições da educação pública impulsionam lutas no Rio Grande do Norte

Os meses de junho e julho foram de extraordinárias mobilizações, que abrangeram vários setores do funcionalismo e que impulsionaram lutas unitárias, incluindo os estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). A militância do Partido Operário Revolucionário ocupou a linha de frente da organização grevista e da defesa intransigente das reivindicações.

A regional do POR, seguindo a tradição partidária de expor claramente suas posições por meio de publicações, desenvolveu uma linha no interior do movimento grevista. Inúmeros foram os panfletos, que serviram de guia nas assembleias, nas manifestações, nas ocupações e nas reuniões do comando de greve. A rica experiência será reunida em um folheto. O Jornal Massas publica alguns de seus materiais. A militância porista redigiu um diário da greve que serve de base para sua redação. Utilizamos algumas de suas passagens.

Trajatória do movimento grevista

31 de maio: inicia-se a greve na UERN.

01 e 02 de junho: piquetes e paralisação da UERN (Campus Central). Conflito com os estudantes de direito no portão de entrada do Campus Central. A paralisação é quase total: os fura-greve eram insignificantes, o movimento alcança uma vitória. Paralisação na medicina. Estudantes ensaiam a mobilização. No dia 1º houve o bloqueio estudantil na BR.

06 de junho: discussão sobre o PNE. A atividade estudantil de bloqueio na Cobal (o sinal).

08 de junho: caminhada no Arte da Terra e audiência pública na Câmara.

Coloca-se a unificação dos três segmentos da UERN (professores, funcionários e estudantes) e destes com outros sindicatos em greve.

14 de junho: reunião do comando de greve da Aduern. Ganha corpo a ideia de radicalização. A defesa de uma atividade em conjunto com as categorias em greve no dia 21. Estratégia do governo: negar as reivindicações com o argumento calçado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

15 de junho: reunião com os sindicatos em greve em Natal, que não ocorreu. A burocracia sindical procura o lobbie dos deputados (a promessa inócua de descontingenciamento de 3 milhões) e a reunião com o secretário Obery Rodrigues.

16 de junho: assembleia. Ocupação da Direção pelos estudantes e a posição do PCdoB contrária à participação dos professores nesta atividade.

17 de junho: o governo convoca os estudantes para, no dia 20, irem a Natal, supostamente, para negociar a pauta de reivindicações.

20 de Junho: na negociação do governo com os estudantes, Paulo de Tarso (Chefe do Gabinete Civil), Betânia Ramalho (Secretária de Educação) e Anselmo Carvalho (Secretário de

Administração) afirmam que só negociam depois que desocuparem a DIREC. Os estudantes ficam indignados: não precisavam fazer os estudantes irem de Mossoró a Natal para ouvir o ultimato do governo.

21 de junho: reunião do Comando Unificado na Aduern: Avaliação do movimento. PCdoB afirmou que a greve seria longa, questionou o número de participantes do Comando e defendeu unificação limitada a apenas a "algumas atividades em conjunto". A questão da greve longa é porque quer manter o mesmo formato das greves anteriores: assembleias, sem atividades de rua, restritas ao pátio do sindicato. Assim, a greve se estende. Com Rosalba/DEM seria preciso mais. A luta conjunta e determinada das massas. Parte da direção da Aduern fortalece o conservadorismo da categoria. Ao afirmar a unificação somente em partes, é porque são contra as atividades radicais de bloqueio, ocupação. Não é à toa que este mesmo grupo, PT e PCdoB, foi contra as propostas da Corrente Proletária Docente/POR de juntar-se a ocupação da Direc. Principalmente, o PCdoB é que se posicionou contra as nossas propostas. Decisão dos estudantes de impedir o funcionamento da Direc (22 de junho).

A reunião do comando da Aduern: os deputados convocaram a direção do sindicato para ir a Natal, no dia 20, para que fizessem uma contraproposta.

22 de Junho: os estudantes fecham a DIREC. Seis dias de ocupação. Forma-se um agrupamento entre os sindicatos em greve em Mossoró: Sinte, Sinai, Sintauern e Aduern. A primeira reunião foi na Direc ocupada.

28 de junho: Reunião do comando de greve da Aduern. As principais polêmicas: 1. A mudança do debate sobre autonomia universitária da Faculdade de Medicina para a DIREC. Foi realizada pelo Comando. A polêmica é porque foi uma decisão da assembleia e, portanto, o Comando não poderia modificar. A CPD/POR também concordou com esta posição com receio de abrir um precedente e o Comando querer decidir por cima da categoria; 2. Nesta reunião, aventou-se pela primeira vez a necessidade de uma contraproposta ao governo. O POR defendeu que cabia ao governo apresentar uma contraproposta e não aos grevistas.

29 de junho: Assembleia da Aduern. O POR defendeu a necessidade de intensificar a mobilização

1 de julho: reunião dos sindicatos em greve em Natal; presentes: Sinte, Sinpol, Aduern, Sintern, Detran, Emater, Sinai, Fundação José Augusto e outros (que não estavam em greve). A direção do Sinte expressou seu temor com a ameaça do governo em cortar o ponto dos trabalhadores em educação e, assim, o governo quebrar a greve. O mesmo temor expressou o presidente do Sinai (PSOL), demonstrando sua covardia. A direção da Emater anunciou a entrada na greve da categoria de Natal, fato inédito em seu movimento. Anteriormente, o movimento era muito forte no interior. Os membros da base do Sin-

tern informaram que entraram na Justiça contra a atual direção do sindicato e que estavam ali representando o movimento. A direção do Detran (PSTU) informou sobre a manutenção do movimento, um pequeno grupo é que vem sustentando a greve, até porque o Detran sofreu muito com as terceirizações. A direção do SINPOL informou sobre as ameaças e pressão do governo sobre os policiais civis. Afirmaram que mesmo com a decisão judicial de manter 50% das atividades funcionando não iriam respeitar. Disse que a categoria está decidida e se o governo conseguir a ilegalidade da greve, eles estavam decididos a parar 100%. Informaram ainda que não iriam participar de nenhuma atividade de rua com os outros funcionários estaduais por motivos de segurança, uma vez que a categoria anda armada e pode se exceder nos atos ou mesmo o governo enviar um provocador e a direção não conseguir controlar a base. Certamente, foi uma desculpa para não radicalizar a greve unitária.

04 de julho: Reunião no Sinte com as direções dos sindicatos em greve para organizar o ato do dia 06. Presentes: Aduern, Sinpol, Sinai, Sintern e Sinte.

05 de julho. Reunião do Comando de Greve da Aduern: organização do ato do dia 06, reunião com a reitoria e Dired.

Organização do ato: informes da reunião com os sindicatos em greve em Natal e da reunião com os sindicatos em Mossoró (Sinte e Sinai). Retirou-se uma programação de visita nos campi para fortalecer um ato em Mossoró e na cidade sede dos campi.

Reitor: resposta ao documento entregue para levar à governadora.

Dired: esperamos a decisão dos estudantes de resistir ou não ao mandado judicial e estaremos presentes no momento da desocupação.

Problema com os provisórios: 30 professores presentes. Posição do comando e da direção: não aceitar a suspensão dos contratos.

06 de julho: ato na Dired, 20 dias de ocupação. A ameaça de intervenção policial, o POR decidiu ficar em Mossoró e não ir para o ato em Natal. O POR de Natal participa do ato. Foi uma atividade muito bonita, de união e força das categorias juntas. A polícia apareceu no fim da tarde na Dired, mas para acompanhar o oficial de Justiça para averiguar a decisão dos estudantes de não cumprirem o mandado judicial.

07 de julho: Assembleia da Aduern ocorre rapidamente devido ao receio da categoria de uma intervenção policial na Dired. O POR conseguiu aprovar uma vigília junto com os estudantes na Dired, à espera da ação policial

de despejo. A proposta inicial era uma vigília em dois dias e nova assembleia na segunda-feira, com o intuito de convencer os professores e funcionários de ocuparem conjuntamente com os estudantes. Contrária à posição do POR, a vigília foi aprovada apenas no período diurno.

08 de julho: reunião do comando de greve da Aduern. Aprova uma visita aos campi, com objetivo de acumular forças para um grande ato em Mossoró. As visitas seriam acompanhadas de atos locais nas regiões em que fosse possível. A partir de meio-dia inicia a atividade policial de despejo dos estudantes da DIRET (22 dias de ocupação). Primeiro, a polícia protegeu os funcionários, que cortaram a energia do prédio da Dired. No mesmo dia, cortaram a água. A ação policial foi respondida com a resistência estudantil e docente (universitário e da educação básica). Contou também com a presença dos trabalhadores que organizam o Grito dos Excluídos em Mossoró (Secom, movimento de mulheres, juventude do PT, Sindserpum e outros). Mas as categorias, mesmo unidas, não se dispuseram a impedir que os policiais cortassem a água e a luz.

11 de julho: o governo propõe acordo com as categorias do

BOLETIM CORRENTE PROLETÁRIA

ÓRGÃO DA CORRENTE PROLETÁRIA DOCENTE/POR Nº 3, ANO I JULHO DE 2011 R\$ 0,20

EDITORIAL

O Boletim da Corrente Proletária tem como objetivo expor as ideias do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre temas e problemas específicos da UERN, mas também, sobre os temas importantes da conjuntura nacional e internacional.

Neste número tratamos especificamente da greve da comunidade universitária.

Nosso objetivo é a constituição de frações revolucionárias entre as categorias para dotar as entidades de direções de luta, independentes dos governos e da reitoria burguesas.

BALANÇO DA ASSEMBLEIA DE 28 DE JULHO

A assembleia ocorreu em um clima, ligeiramente tenso. Como o POR não esteve na reunião do Comando de Greve, criou-se a impressão pelas falas dos colegas de trabalho (PCdoB, "independentes" e, principalmente, ex-DS/PT) que se estava preparando o fim da greve, se dispondo a aceitar uma proposta do governo de longo prazo para atender nossas reivindicações, no caso, o índice salarial.

O POR não esteve na reunião do Comando porque ela estava marcada para segunda à noite. Quando foi desmarcada, só ficamos sabendo da reunião da terça-feira à tarde através de telefonema da secretária no mesmo dia pela manhã. Portanto, não tínhamos tempo hábil para estarmos presentes. Em todo caso, estivemos presente na reunião do Comando com a Reitoria no

mesmo dia à noite. Na reunião da terça à tarde do Comando foi marcada a próxima para a quarta, como não participamos da primeira, não ficamos sabendo da outra reunião.

Sem a participação nas reuniões do Comando não ficamos sabendo das divergências dentro dele. E na assembleia apareceu os colegas unidos em uma só proposta. Isto gerou desconfiança do POR.

Em todo caso, o problema principal da categoria é em torno de definir estratégias para vencermos a intransigência do governo do DEM.

Os colegas pensam que podem argumentar nas reuniões com o governo e, através da oratória, convencê-lo de atender ou melhorar sua proposta de divisão dos 23,98% de 2012 a 2014. Uma proposta esdrúxula. O POR tem a convicção que somente a luta de rua, a ação direta, pode envergar o governo.

As negociações são importantes. Mas se não tivermos ações de pressão sobre o governo, não haverá motivo para ele atender nossas reivindicações. Até mesmo a proposta governamental de escalonar de setembro a dezembro, que ele fez com as outras categorias do funcionalismo estadual, não será conquistada sem luta direta. Ora, por que o governo ofereceu isso para outras categorias e não oferece para a comunidade da UERN?

Em relação ao orçamento do Estado, as reivindicações da comunidade universitária, em comparação com todo o funcionalismo estadual, são de um valor muito ínfimo. O governo, com esta postura, aparenta

Sinai e Sinpol. Terminam suas greves. 25 dias de ocupação da Dired.

12 de julho: a reunião com as direções dos sindicatos em greve não ocorre. Os estudantes discutem a desocupação da Dired (26 dias de ocupação).

13 de julho: os estudantes desocupam a Dired, depois de 27 dias e acampam em frente a governadoria. O governo recebe os estudantes e promete para o dia 22 de julho levar uma proposta de atendimento de suas reivindicações. Os estudantes pedem a presença dos professores e funcionários nesta reunião, o governo concorda.

20 de julho: Debate na sede da Aduern sobre a lei anti-greve. Reunião com os estudantes na praça do BB: mobilizam estudantes secundaristas e da UERN para a reunião com o governo na Reitoria, no dia 22 de julho. O governo não confirma a reunião.

21 de julho: Assembleia da Aduern. O governo confirma a data e local. Na reunião do comando de greve, discutiu-se a postura na negociação diante do governo. O POR defende a soberania da assembleia: nenhum acordo pode ser feito sem ser decidido pela categoria. Nenhuma proposta pode sair da manga do comando de greve. O governo excluiu os estudantes da negociação, pensa em terminar a greve dos professores e funcionários e assim não ter de responder aos estudantes. A proposta é que os estudantes se dirijam para Natal e entrem juntamente com as outras categorias na reunião com o governo e denunciem a violação do acordo, exigindo o seu cumprimento. Manteve-se o ato em Mossoró e a mobilização estudantil, por ser conjunta com os organizadores do Grito dos Excluídos. Haverá também um ato Natal, que termina na Governadoria, local da reunião.

22 de julho: a proposta do governo é a divisão do aumento

salarial de 24% por três anos, de 2012 a 2014. Em relação aos estudantes, o governo respondeu que a discussão deve ser com a Reitoria, alegando que suas reivindicações dependem do dinheiro da universidade, que tem autonomia administrativa.

26 de julho: reunião com a Reitoria e a comunidade universitária. A Reitoria insiste com a proposta do governo. A reunião termina no impasse.

27 de julho: reunião com os estudantes na praça. Reconheceu o erro de ter suspendida a ocupação da DIRED e confiado na palavra do governo. Mas já não havia força para retomar o movimento de ocupação. A posição do POR foi de que era necessário unificar os movimentos em assembleias conjuntas e tomar novas medidas de mobilização.

Conclusões: 1) as greves mostraram disposição de luta em vários setores do funcionalismo e entre os estudantes; 2) não houve uma unificação orgânica devido as direções burocráticas; 3) os momentos de unificação circunstanciais mostraram a importância da unidade grevista; 4) a ocupação da Dired que parecia frágil ganhou força diante da repressão governamental aos ocupantes; 5) a ocupação não se potenciou ainda mais devido à política das direções burocráticas que procuraram isolá-la e impediram que os grevistas aderissem; 6) a desocupação da Dired, sob a promessa governamental, mostrou ser um erro e trouxe a lição de que não se deve jamais acreditar nas palavras dos opressores; 7) o parcelamento do reajuste foi a forma do governo ganhar as direções burocráticas para o desmonte da greve; 8) a experiência com o comando de greve indica a importância de constituir uma direção classista e revolucionária, sem a qual os movimentos grevistas não têm como triunfar.

Publicamos abaixo boletim da Corrente Proletária no RN

Romper com a passividade da greve

A governadora Rosalba Rosado (DEM) já demonstrou seu descompromisso com a educação seja ela básica ou superior. Não há o que esperar desse governo burguês. Agora radicalizou com o movimento docente da UERN ao propor um tratamento diferenciado em relação às outras categorias do funcionalismo estadual. Pois o governo dos Rosados quer dividir o aumento salarial de 2012 a 2014. Um absurdo! 7% por ano!

A governadora do DEM começou dizendo que não tinha dinheiro, depois, como ficou muito evidente, disse que os planos das categorias eram ilegais (“não tinham fundamento jurídico”) até ter que amargar um acordo para setembro. Não há como confiar nesse governo (DEM)! Acordo para setembro é um risco. Nossa categoria deve romper com a passividade para garantir seus direitos agora!

As categorias do funcionalismo estadual não conseguiram se unificar devido as suas direções. As centrais sindicais como CTB (PCdoB, PSB), Conlutas (PSTU) e Intersindical (PSOL) não serviram para unir os trabalhadores, deixando claro o interesse burocrático de controle de aparelhos de suas cisões. A direção da CUT só luta pra valer contra governos nas eleições e pelas bandeiras (propostas) do seu governo federal (PT). Os trabalhadores estão sós. Mas lhe basta. É melhor só do que mal acompanhado.

Os trabalhadores em educação estão demonstrando

sua força tanto na educação básica quanto na superior. No Sinte, a base impôs a greve e a manteve bravamente contra a direção do sindicato (PT), mesmo grupo político junto com o PCdoB que hegemoniza o movimento docente da UERN. A direção do Sinte trabalhou pela passividade, nas semanas finais não retirou encaminhamentos da greve querendo matá-la por inanição e, mesmo mentindo para a categoria afirmando que poderiam ser presos por descumprimento de ordem judicial, quase metade dos presentes na última assembleia determinou pela continuidade da luta. A decisão foi por pouco, quem desempatou foi a vontade da direção, pois se negou a contar os votos. Parte da categoria quer ver mesmo a direção do Sinte presa.

Não está descartada a possibilidade do governo Rosalba Rosado do DEM utilizar a mesma repressão judicial no Sinte contra a Aduern. Com uma proposta absurda dessa, ela pode está esperando apenas o tempo. O governo Rosalba é autoritário, policial e anti-democrático. O cumprimento de um acordo em setembro é só questão de fé.

Nós trabalhadores não devemos esperar. A luta deve ser nossa resposta. Precisamos unificar a comunidade universitária, exigir das centrais uma plenária de discussão, bloqueiar ruas e realizar ocupações. Somente a luta decidida poderá nos garantir o respeito imediato de nossos direitos. O governo já radicalizou a muito tempo. É preciso romper com a “marcha

lenta" proposta pelos que querem apenas o desgaste político do governo, colocando no centro principal de nossos objetivos a conquista de nossas reivindicações. À luta companheiros!

1. Assembleias conjuntas com estudantes e funcionários. Eleição pela base de um comando unificado.
2. Bloqueio de rua educativo: escolher uma avenida e bloqueá-la, no período de pico, tornando-a lenta através de notas explicativas sobre o nosso movimento.
3. Panfletagem na Direção e nos prédios do governo estadual.
4. Fechar o Campus Central por um dia e a Reitoria novamente.
5. Cumprir a decisão da assembleia de 07 de julho de

Ceará

Professores entram em greve contra novo plano de carreira de Cid (PSB)

Em Assembléia Geral, realizada dia 1º de agosto, os professores da rede estadual aprovaram o início da greve na capital e interior. A categoria quer a derrubada da proposta de reformulação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR), apresentada pelo governo Cid Gomes, em adequação à lei do piso nacional (11.738/08).

A proposta do governo apresentada dia 28/07 é um brutal ataque às condições salariais do magistério e praticamente destrói o PCR de 1993. Para se ter ideia, 80% dos docentes não terão nenhum ganho vencimental. O governo reduziu de 30 para 14 os níveis da tabela; criou uma tabela especial para o nível médio, aplicando o miserável piso do MEC de R\$ 1.187,00; incorporou gratificações e cria uma nova regência de classe de valor fixo de R\$ 181 e reduziu o interstício de uma referência para outra. O professor que antes tinha incremento salarial de 47% ao passar do nível de graduado para o de especialista, com o novo PCR terá um incremento de apenas 5%! Nem é preciso dizer que o 1/3 de carga horária para atividades extra-classe (prevista na lei nacional do piso) foi taxativamente negado pelo governo.

Desde fins de abril, a direção governista da Apeoc (PT) vinha realizando, com a SEDUC, rodadas de negociação inócuas, que não contavam, obviamente, com a presença da categoria. Nesse período, os professores municipais empreendiam a greve contra um forte ataque de Luizianne (PT) que terminou com a derrota do magistério. A posição da Apeoc foi de criticar a greve e a burocracia do Sindiute por não encontrarem uma saída nas negociações. Segundo a ladainha sempre regurgitada do Sr. Anísio Melo e seus séquitos do Palácio da Educação, o mesmo não aconteceria aos professores do estado uma vez que os moderados dirigentes da Apeoc saberiam chegar a um entendimento com Cid. Mas, para que a negociação funcionasse seria preciso alijar a base de professores, impedir manifestações, sabotar reuniões de zonais, não convocar assembleias etc. nada que perturbasse o tranquilo sono dos negociadores. Mas eis que o governo Cid, que enchia de promessas as cabeças ocas da burocracia pouco esclarecida, teve de desvanecer toda encenação e assumir a tarefa de continuar a cortar gastos. As negociações foram, então, sustadas e o novo PCR veio à

ocupação da Reitoria após o fim da vigília na Direção.

6. Exigir das centrais sindicais uma plenária de discussão sobre a greve na UERN.
 7. Sugerir ao professor Anselmo de Carvalho a sua saída do governo do DEM.
 8. Nova assembleia geral para terça-feira, dia 02 de agosto.
 9. Caso a negociação na sexta não avance: negociar só com a governadora e estender a negociação na sexta para 2 horas depois de seu término.
 10. Seguir a governadora com mobilizações.
- PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR).

luz como uma imposição unilateral da SEDUC. A contundência do ataque foi tamanha que a direção da Apeoc, vendo suas esperanças de negociar migalhas se esfumarem (e o solo desaparecer debaixo dos pés) teve de recorrer à assembleia da categoria para dar vazão ao descontentamento dos professores sob pena de uma total desmoralização. Exatamente um mês antes a burocracia sindical sufocara a greve recusando pôr em votação, na penúltima assembleia, a proposta de paralisação imediata que era a vontade geral da maioria. Agora, convocavam a categoria e deixavam fluir a revolta e a indignação há muito repressadas.

O POR vem intervindo na categoria com boletins e impulsionando zonais, especialmente na Regional V. Luta pela unidade da oposição, pela democracia nas instâncias da categoria, levanta a reivindicação de piso salarial de R\$ 3.800,00 e o emprego a todos por meio da redução da jornada (escala móvel). Tem denunciado que a direção da Apeoc procura usar a greve como um objeto de barganha junto ao governo para o retorno à mesa de negociação, o que significa que deve ser liquidada na primeira oportunidade. O grande obstáculo, porém, à derrota da burocracia é a ausência de uma Corrente Proletária forte e enraizada na base da categoria. A oposição feita por O Trabalho/PT, encastelado no Sindiute, à Apeoc, é uma caricatura grotesca. Comparecem às assembleias da Apeoc, mas há muito que abandonaram todo trabalho na rede estadual. A Conlutas/PSTU, a mais forte oposição, sabe não ter forças para impor uma derrota à burocracia e ainda assim rejeita qualquer unidade com outras correntes oposicionistas para uma atuação em comum. Nestas circunstâncias, conseguirá a burocracia da Apeoc disciplinar a categoria e permitir a vitória do governo? Ou antes a categoria conseguirá imobilizar a burocracia e radicalizar a luta até a vitória? A greve, porém, está apenas no começo e a tarefa dos revolucionários – impulsionar a luta das massas e penetrar o programa da revolução proletária – está na ordem do dia para a militância empenhada em construir o partido operário revolucionário.

Viva a greve estadual dos professores do Ceará!
Construir a Corrente Proletária na Educação!

Direção do Sintro (PSTU/Conlutas) aceita migalhas da patronal e rejeita greve

A assembléia dos rodoviários, ocorrida dia 02/08, aceitou as migalhas oferecidas pelos patrões do Sindiônibus (8%) e pôs fim à campanha salarial depois de terem ameaçado parar o transporte na capital.

Quando a campanha salarial teve início em maio, já atrasada, uma vez que maio é a data base, a direção do Sintro exigia 25% de reposição salarial, R\$ 10,00 de vale alimentação e R\$ 85,00 na cesta básica. Os patrões em contrapartida ofereceram 6,2% e bateram o pé. O Sintro, então, baixou sua proposta para 23%, R\$ 8,50 no vale alimentação e R\$ 80,00 a cesta básica. Mais tarde, após 3 meses de fracassadas negociações, os empresários foram taxativos: não aceitavam reajuste de dois dígitos. A patronal mandava, dessa forma, um recado direto anunciando que não temeria a greve. No final de julho, o Conlutas/PSTU encurralado ante esse impasse, ao invés de preparar a greve de fato levou a direção do Sintro a um novo recuo: votar na assembléia que reduziria a proposta de 23% para 9,9%; vale de R\$ 7,00 e cesta básica de R\$ 65 e apenas se não houvesse, nestas novas reivindicações, um acordo, a categoria faria greve. Feito isto encenou-se a greve para 72 horas com direito a edital de assembléia e operação padrão (greve dentro da lei) etc. Encerrado o prazo das 72 horas, mais uma surpresa para a categoria: o Sintro, numa negociação extraordinária, havia aceitado a migalha patronal: 8% de reajuste com vale de R\$

7,00 (atualmente R\$ 6,50) e cesta básica de R\$ 60,00 (atualmente R\$ 55,00). E assim findava-se a campanha salarial.

A apreciação da direção do Sintro (Conlutas/PSTU) foi a de que houve vitória porque o reajuste dado não era o que os patrões desejavam. Difícil é entender como os patrões que fizeram o Sintro descer dos 25% para os 8% não deram o reajuste que queriam e saíram, portanto derrotados. Além do que haviam feito subir a passagem de ônibus em mais de 11% cerca de 6 meses antes. Os alardeados 8% vão significar míseros R\$ 25,00 no bolso do cobrador (cujo salário base sai de R\$ 719 para R\$ 744) e R\$ 44,00 no do motorista (R\$ 1.179,00 para R\$ 1.223)! A Conlutas-PSTU engana os trabalhadores rodoviários com sua apreciação positiva da negociação. A direção não preparou uma única paralisação de terminal rodoviário, mal se via a campanha pelos terminais da cidade, as próprias assembleias dos trabalhadores passaram a refletir esse estado de espírito da luta: eram quase sempre esvaziadas. A assembléia que aceitou o acordo, para se ter idéia, não tinha mais do que 40 rodoviários numa categoria com 10 mil trabalhadores!

A tarefa colocada é de construir uma oposição revolucionária a atual diretoria. O POR, que tem acompanhado a luta da categoria, batalha por fazer suas análises chegarem aos rodoviários e assim construir uma direção combativa em oposição a atual direção sindical.

Conferência Nacional Estudantil do Partido Operário Revolucionário (POR)

Balanco político e tarefas

Nos dias 23 e 24 de julho de 2011, realizou-se a Conferência Nacional Estudantil do POR, portanto, logo após o 1º Congresso da Anel (23 a 26 de junho) e o 52º Congresso da UNE (13 a 17 de julho). Trata-se de uma primeira Conferência, que corresponde ao desenvolvimento das posições programáticas e da intervenção no movimento estudantil.

O POR e a Corrente Proletária Estudantil se esforçaram para avançar as formulações sobre a educação e a linha política de organização da juventude. A presença dos estados onde o POR vem se organizando mostrou empenho da militância na tarefa de elaboração coletiva do programa para a educação e, em particular, para a universidade. O alto nível das discussões críticas e autocríticas, as correções às teses, os acréscimos, as supressões e as resoluções aprovadas indicaram o fortalecimento de quadros que elaboraram a teoria e a política revolucionárias.

Uma das tarefas fundamentais da militância marxista é tomar a experiência como fator decisivo da comprovação das posições partidárias, da crítica às posições das correntes adversárias e da elaboração da teoria. Os documentos aprovados atestam a importância da 1ª Conferência Nacional Estudantil do POR. A militância poderá verificar essa avaliação estudando o conjunto das teses publicadas.

Os documentos foram: 1) Teses para a universidade; 2) Privatização e desnacionalização da educação; 3) Teses sobre a educação básica; 4) Revisão do Programa da Corrente Proletária Estudantil. Também fizeram parte da Conferência as avaliações do 1º Congresso da Anel e do 52º Congresso da UNE. A atividade se encerrou com um informe político de cada estado e sua discussão crítica e autocrítica. A saudação revolucionária coube à regional do Ceará.

O ponto alto da Conferência foi a discussão sobre o programa proletário para a educação. Evidenciou-se que o programa não se confunde com as reivindicações parciais e circunstanciais. O programa para a educação constitui-se como expressão do programa do proletariado de abolição da propriedade privada dos meios de produção e edificação da propriedade social, coletiva, socialista. A transformação da educação é uma das tarefas fundamentais da revolução proletária. Não há um programa para a educação à parte, desvinculado do programa de transição da revolução socialista.

A Conferência precisou o reconhecimento de que a educação ocupa o lugar das tarefas democráticas não realizadas pelo capitalismo atrasado e semicolonial do Brasil. Clareou a constatação de que a escola não tem como progredir nas condições do capi-

talismo em decomposição. E da impossibilidade da burguesia fazer reformas que reduzam o fosso entre a minoria exploradora e a maioria explorada, entre a alta concentração de capital e a pobreza das massas. Portanto, não se tem como superar o fosso entre o ensino destinado à burguesia e o da maioria operária e camponesa, bem como da classe média arruinada.

A Conferência se debruçou na tarefa de identificar as raízes da educação de classe e o caráter estrutural de sua crise. Assim, deteve-se sobre as relações de classes e seus reflexos na história da educação brasileira. Por essa via, torna-se consistente a compreensão de que a permanência do analfabetismo, a persistência do semi-analfabetismo, a exclusão de milhões de jovens do ensino médio e o brutal elitismo da universidade constatarem que a burguesia não resolveu a tarefa democrática de educação para as massas exploradas. Não resolveu e não resolverá, apesar do capitalismo no Brasil ter as condições materiais para sua solução. O fracasso mais visível é o de não ter garantido a aprendizagem universal das crianças, apesar de ter universalizado o acesso ao ensino fundamental. A causa se encontra nas raízes da formação social do modo de produção capitalista da economia semicolonial. A brutal exploração e concentração de riquezas impossibilitam à burguesia instruir as massas de conjunto e elevar seu nível cultural.

A tarefa democrática corresponde: 1) erradicação do analfabetismo e semi-analfabetismo; 2) acesso universal em todos os níveis; 3) fim da evasão; 4) sistema único, público e gratuito; 5) erradicação do ensino religioso; 6) ensino científico, vinculado à produção social; 7) controle coletivo da educação. As tendências do capitalismo e as diretrizes governamentais estão em oposição à resolução desses aspectos, que de conjunto correspondem à tarefa democrática da educação. Isso porque prevalece o processo de privatização e de decomposição do ensino. E porque o capitalismo não tem como solucionar a pobreza, a miséria e a fome de milhões.

Inúmeras foram as reformas educacionais e todas concluíram pela coexistência do sistema público entrelaçado ao sistema privado e confessional. O avanço do ensino mercantil na universidade e a sua sobreposição ao público refletem a natureza de classe da educação.

A Conferência destacou a implantação do Ensino a Distância (EaD) como destruidor da escola e sintoma da putrefação do sistema educacional burguês. Analisou o impulso que os governos vêm dando à penetração do ensino não-presencial na escola e a constituição de redes completamente virtuais. Concluiu que tem havido um desprezo diante da ofensiva do EaD por parte da Anel e um apoio da UNE. No entanto, não se pode defender a bandeira de ensino público e gratuito sem liquidar a implantação do sistema EaD.

A solução da tarefa democrática da educação passou para as mãos da classe operária, que a incorpora em seu programa. O primeiro passo consiste em expropriar o sistema privado, estatizá-lo e constituir o sistema único sob o controle coletivo. Por ser uma tarefa democrática, ou seja, não propriamente socialista, a luta é travada contra a diretriz privatizante dos governos. É necessário trabalhar por esse programa no seio da juventude oprimida. As reivindicações mais elementares das massas estudantis e da juventude em geral constituem ponto de partida para a ação direta e para o avanço do programa de expropriação e estatização do ensino.

A Conferência reforça a necessidade de vínculo entre as bandeiras parciais e circunstanciais com o programa de destruição do sistema privado. A militância porista não despreza nenhuma reivindicação que coloque os estudantes em luta contra a opressão, mas a subordina ao programa estratégico. A Conferência rechaça o centrismo, o reformismo e o estalinismo que isolam as reivindicações elementares do programa e que as transformam em fonte de ilusão sobre a possibilidade de reformar a educação capitalista, de garantir a aprendizagem, de abrir suas portas para os explorados e de colocar a educação a serviço dos trabalhadores.

O fato dos partidos que dirigem o movimento estudantil não expressarem a política revolucionária do proletariado para a educação impossibilitou que os Congressos da UNE e da Anel aprovassem um programa de expropriação do sistema privado e de universalização do ensino em todos os níveis. O 52º Congresso da UNE serviu de correia de transmissão da política burguesa dos governos de Lula e de Dilma. E 1º Congresso da Anel se mostrou impotente em combater essa política. Ambos os Congressos estiveram desvinculados das massas estudantis, de forma que os delegados não foram eleitos sobre a base da defesa do programa e não expressaram a luta política entre as distintas correntes.

A Conferência confirmou a caracterização sobre a estatização da UNE e estabeleceu as tarefas do combate por sua independência e pela democracia operária. Confirmou a rejeição à divisão da UNE que resultou na constituição da Anel. Avançou a compreensão da necessidade da vanguarda formar uma fração revolucionária para derrotar a política do reformismo e do estalinismo, que degenerou a UNE. Considerou importante a intervenção do POR em ambos os Congressos, empunhando o programa e as tarefas do movimento estudantil.

As condições econômicas e a situação política nacional e internacional vêm mudando com a crise que eclodiu em 2008. Abriu-se uma nova etapa da luta de classes internacional. O retrocesso do movimento social sob a política do PT e do governo caudilhesco de Lula foi e tem sido profundo. Isso explica em grande medida a facilidade com que se avançou a burocratização e estatização das organizações de massa. A Conferência avaliou que tem havido mudanças na disposição de luta dos explorados. Cabe à militância porista trabalhar no seio das massas estudantis, preparando-se para uma nova situação aberta pela crise.

A Conferência julgou como positiva a edição do Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil. Reconheceu que ainda falta expressar o trabalho centralizado do partido nos estados em que está organizado. Portanto, uma das tarefas fundamentais é a de tornar o Boletim em organizador coletivo do trabalho estudantil. Reforçou a importância da ação militante voltada a organizar a vanguarda, que desperta para a defesa do programa revolucionário para a educação, na Corrente Proletária e no partido. As teses, resoluções e documentos constituídos no processo de intervenção nos Congressos da Anel, da UNE e da realização da 1ª Conferência Estudantil do POR deverão ser publicados.

A Conferência faz um chamado aos estudantes para que discutam nossas posições e se organizem nas fileiras do Partido Operário Revolucionário.

Viva a Conferência Nacional Estudantil!

23 e 24 de julho de 2011

Paraná: PSTU continua com política sectária e divisionista

Na UEL, a direção do DCE durante o último ano foi da UJS, que desenvolveu uma política de colaboração de classes, de imobilismo burocrático e atrelamento à reitoria. A vitória dessa corrente reacionária não se deveu a uma grande inserção dela no movimento, pois não realiza trabalho nenhum, não dirige combate nenhum e na maior parte do tempo é ausente da universidade. Deveu-se pelo contrário ao divisionismo e orientação aparelhista do PSTU e em menor medida do PSOL que se recusam a organizar uma frente de intervenção que tenha por base as reivindicações do movimento estudantil da universidade e o enfrentamento com a burocracia universitária e o governo do Estado. Utilizam-se dos espaços organizativos apenas para aparelhar a incipiente organização para dividir a UNE e aparecer nos espaços nacionais como mais um DCE que rompe com a UNE e adere à ANEL. Este diagnóstico é importante para explicar a nossa insistência em estruturar uma frente de intervenção chamando à unidade com as correntes que podem expulsar o estalinismo do DCE.

Reunião do “coletivo”

Comparecemos à reunião convocada publicamente pelo “coletivo a manhã desejada”, como é denominado a articulação da ANEL dirigida pelo PSTU, com a intenção de fazer um balanço do congresso da ANEL do qual participamos e defender a urgência de estruturarmos um movimento de oposição à UJS para o DCE. Entretanto, de imediato já deixaram claro que aquele era um espaço apenas do coletivo e que seria, portanto “aberto um espaço para que os companheiros da corrente proletária colocassem seu informe e que depois que se retirassem, pois não constroem o coletivo”.

“Não me interessa se é capitalismo ou socialismo, o que quero é resolver o problema dos negros”

Num debate sobre a política de cotas na UEL, a dirigente do núcleo afro-asiático e defensora das cotas raciais afirmou: “Não me interessa se é capitalismo ou socialismo, o que quero é resolver o problema dos negros” para responder ao questionamento de que as cotas não resolvem nem o racismo nem a exclusão da imensa maioria de jovens do ensino superior. E à crítica de que a origem do racismo e preconceito deve se buscar não na cor da pele, mas, na estrutura capitalista que explora a maioria negra e parda, a mesma dirigente e outros intelectuais presentes ao debate se enfileiraram por detrás do “argumento” de que “enquanto não acontece a revolução há que se fazer alguma coisa”.

A defesa raivosa, que uma parte do movimento negro faz da política de cotas raciais implantada há sete anos na universidade, revela um autoritarismo messiânico dessa parcela do movimento político que já os levou a outros enfrentamentos com grupos do movimento estudantil que, embora favoráveis à política de cotas, questionaram o uso do muro do DCE para a propaganda dela. Qualquer questionamento, por menor que seja, é interpretado como um movimento racista contra os negros.

No contexto do debate realizado, a dirigente do núcleo afro-asiático estava ademais reafirmando o argumento de autoridade de que se vale pela vigência da política de cotas implantada autoritariamente

Os membros do coletivo fizeram o balanço exitista do congresso da ANEL e negaram que tivessem tentado impedir a nossa participação no congresso escondendo as vagas no ônibus. Quanto a isso, temos o testemunho de vários estudantes da UEL que podem comprovar a manobra para nos excluir.

Fizemos um balanço do congresso, dizendo que de fato foi um espaço democrático, porém não expressava a vontade das massas, mas das correntes. A questão da rejeição do programa revolucionário e aprovação de uma lista de reivindicações indicou a debilidade do congresso. Sobre a bandeira dos 10%, colocamos que é necessário organizar a luta pela estatização sem indenização das escolas privadas, também aprovada o congresso, mas, deram pouca atenção às nossas propostas, pois queriam mesmo que nos retirássemos.

A hostilidade sectária do PSTU é um obstáculo à estruturação de uma frente de combate à UJS que é uma necessidade do movimento estudantil. Não se pode subordinar esta necessidade aos caprichos das correntes que não aceitam a crítica política franca. Para o PSTU só interessa a aliança que potencialize eleitoralmente a sua corrente, por isso rasteja atrás do PSOL. Quanto às outras correntes, eles não aceitam o debate franco e aberto das posições.

Uma frente se fundamenta na convergência em torno a determinadas tarefas pontuais – neste caso a de organizar o movimento estudantil sobre a base das reivindicações dos estudantes e combate à burocracia universitária e o governo – mas, não pode impedir a liberdade de crítica. Manter a divisão pela recusa ao debate de posições além de mostrar a mesquinha tacaquia do PSTU é criminosa e pode levar novamente à permanência da UJS na direção do DCE.

por uma reitoria alinhada ao governo Lula e Requião. Mas à ideia de que *não lhe interessava capitalismo ou socialismo*, ela chegou após a intervenção de outros intelectuais que responderam antes dela afirmando que “enquanto não acontece a revolução há que se fazer alguma coisa”, pois, nesta resposta – tipicamente reformista – ainda se admite formalmente que a origem do racismo é a organização classista da sociedade.

O evento permitiu a explicitação de duas linhas de defesa da política de cotas. Uma reformista e outra abertamente reacionária. A reformista reconhece, na formalidade, o vínculo do racismo e da exclusão da maioria do ensino com a estrutura capitalista. A outra faz completa abstração dessa determinação decisiva em nome de uma minoria de negros que podem ocupar as pouquíssimas vagas nas universidades públicas.

Ambas perspectivas se recusam a encarar o debate das verdadeiras razões que excluem 90% dos jovens entre 18 e 24 anos do ensino superior, ou seja, a subordinação do sistema escolar nacional ao interesse privado que só permitirá sua expansão se dessa forma ampliar os lucros dos mercenários da educação. O Estado nacional é um agente dessa política e perpetua a brutal exclusão de nada menos que 90% dos jovens da escola.

A afirmação de que “enquanto não acontece a revolução há que

se fazer alguma coisa”, mal esconde que os reformistas (que estão no governo) são o braço executor dessa política que exclui a maioria. E a política de cotas comparece não para resolver nada – pois ela não cria uma vaga nova sequer nas universidades públicas, estabelecendo apenas um critério diferente de distribuir as existentes – mas para acobertar a orientação francamente privatista dos governos Lula e Dilma e fazer demagogia eleitoral com uma parcela do movimento negro.

É claro que o reformismo petista que patrocina as cotas é também reacionário, pois a contraposição do “fazer alguma coisa enquanto não vem a revolução” destina-se efetivamente a bloquear a revolução e não a fazer a ponte entre as reformas e a revolução. As cotas raciais nas universidades públicas não se chocam com a estrutura capitalista e privatista do ensino e não são por isso uma ponte que leve à juventude oprimida a se levantar contra o regime de opressão de classes. Reforça pelo contrário a perspectiva burguesa da ultra minoria

de negros que entram para a universidade e imaginam que com um diploma de ensino superior irão se grudar na burguesia, ou seja, o sonho da ascensão social, que, nas palavras do ex-presidente Lula no congresso da UNE farão com que o filho do operário vire doutor.

A única bandeira que pode unificar os estudantes negros, brancos amarelos e índios com a imensa maioria de jovens excluídos do ensino é a completa estatização das escolas, o estabelecimento de um único sistema escolar público, gratuito e vinculado à produção social. A função dessa bandeira é a de mostrar qual é de fato a razão que impede o acesso ao ensino e ao desenvolvimento das potencialidades intelectuais, culturais, políticas e humanas da juventude e não a de ser efetivada no quadro das relações políticas e econômicas dominadas pelo grande capital, “enquanto não vem a revolução”.

A função dessa bandeira é a de levantar um grande movimento nacional da juventude que se coloque por detrás da política proletária de revolução social.

Formação política no Litoral paulista e Lançamento da Revista

Nos dias 30 e 31 de julho, realizamos o 3º Seminário de Formação do Partido no Litoral de SP. A particularidade desse ano é que a formação coincidiu com o Lançamento da **Revista Socialismo Científico**, o que nos possibilitou aprofundar dois artigos presentes nela: o da crise mundial e o dos 140 anos da Comuna de Paris.

No sábado, foi feita uma exposição sobre o caráter da crise mundial. Demonstrou-se que as crises anteriores ao capitalismo eram crises de subprodução, como as que se sucederam nos séculos XIV (longa crise vinculada às guerras, peste, decrescimento da produção e da população) e XVII (esgotamento da primeira etapa de colonização, insuficiência dos meios de produção, etc.). A partir do século XIX, com o capitalismo em pleno vapor, as crises tornam-se de superprodução. Capacidade excedente não comportada pelos raquíticos mercados. As crises cíclicas, demonstradas por Marx e Engels, tornaram-se parte inerente do modo de funcionamento do capitalismo. Uma necessidade de resolver os desequilíbrios que periodicamente aparecerem no cenário pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Ressaltou-se, assim, o caráter duplo da crise: ao mesmo tempo em que evidencia as insolúveis contradições do sistema, ela engendra os métodos bárbaros de resolver temporariamente o desequilíbrio que a causou. Ou seja, ela permite a destruição ampla de forças produtivas (força viva de trabalho, maquinário, capacidade instalada da indústria, retrocesso no uso das tecnologias e da ciência, etc.).

Feita a exposição, o estudo centrou-se sobre o artigo “*A crise mundial do capitalismo e a reconstrução da IV Internacional*”. A leitura e discussão nos grupos permitiu aprofundar os conceitos. A plenária conjunta ligou os fios da formação. Algumas ideias foram destacadas:

a) a periodicidade das crises e a agudização da luta de classes no século XX, o que permitiu que se caracterizasse a fase imperialista como uma etapa de revoluções e contrarrevoluções e na qual o capital demonstra sua face mais destrutiva, a partir das guerras mundiais.

b) o fato de a crise atual irromper na mais poderosa economia do planeta, evidenciando o caráter parasitário do capital monopolista, que impede a possibilidade de se dar uma solução pacífica para a crise de superprodução.

c) a política dos diferentes governos e a resistência das massas que buscam combater as medidas antipopulares, que conduzem à mais opressão social e exploração econômica.

d) o papel contrarrevolucionária do reformismo (em suas diferentes formas) e do estalinismo, que, durante o século XX, e mesmo agora no século XXI, atuaram para amortecer os choques entre os governos e os trabalhadores.

e) a necessidade de reconstrução da IV Internacional, da defesa da construção do partido revolucionário e o combate ideológico e prático às correntes revisionistas e centristas que obstaculizam a tarefa de erguer o partido-programa e de enraizar as reivindicações transitórias e socialistas nas lutas de enfrentamento ao capitalismo decomposto.

No segundo dia, novamente o estudo foi aberto com uma exposição sobre o contexto histórico em que ocorreu a Comuna de Paris. Traçou-se um panorama dos movimentos do século XIX na França e o papel da classe operária nas lutas desenvolvidas (1830 e 1848 sobretudo). Destacaram-se os acertos e erros da Comuna e a sua forma de organização: a primeira tentativa de estabelecer um governo operário contra as formas políticas e econômicas do capitalismo ainda reinante.

Ocorreu a leitura e estudo do artigo “*Comuna de Paris*”. Pelo menos três pontos foram levantados em plenária:

a) a resposta que a classe operária dá às contradições do sistema capitalista, a partir da planificação da economia e da centralização política (a ditadura do proletariado).

b) o papel do partido e do programa para compreender os limites colocados pela luta dos comunardos.

c) a necessidade de construir o partido como “a experiência acumulada e organizada do proletariado”, como aquele que pode, organicamente ligado às lutas e às suas formas de organização, dar uma resposta de conjunto ao problema colocado de “passagem da sociedade de classes ao comunismo”.

O balanço que fica dessa formação é a necessidade de continuar os estudos, ampliar a intervenção nos movimentos com o programa revolucionário de destruição do capitalismo e desenvolver o partido operário no seio dos explorados, tanto em nível nacional quanto internacional.

Nesta edição:

- Por que logo na Noruega?
- Protestos em Israel – um bom sinal
- Crise estrutural do capitalismo a ponto de arrastar a economia mundial a uma recessão de consequências catastróficas para os explorados do mundo
- Sepultar agora o governo sócio das multinacionais!
- O Governo de Ollanta Humala será tão direitista como o de Alan Garcia

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Por que logo na Noruega?

Os noruegueses se perguntaram, a Europa se perguntou e no mundo se perguntou por que Anders Behring Breivik desfechou um ataque terrorista tão bárbaro em um país que faz inveja por ser tão equilibrado, tão bem avaliado socialmente e tão democrático. Poderia ocorrer um atentado dessa natureza em qualquer parte do planeta, menos na Noruega social-democrata.

De início, suspeitara-se de um ato terrorista de radicais islâmicos, provavelmente um braço da Al-Qaeda. Mas logo a polícia revelou que foi o contrário: Breivik se reivindica do catolicismo. Planejou detalhadamente a matança em nome do combate ao islamismo, ao socialismo e aos imigrantes. Uma mistura insana da “ideologia” nazifascista.

Em Oslo, explodiu uma bomba e na Ilha de Utoya matou a tiro dezenas de jovens – ao todo, 94 mortes. A chacina e a forma como caçou os jovens pareceu ser obra de um psicopata. Mas por mais que se tente atribuir à saga de horror em Utoya a um demente, as autoridades, comentaristas e especialistas não conseguem desligar a suposta loucura dos motivos declarados pelo matador.

O governo norueguês e a polícia tornaram secretas as investigações. Não se expõem as relações políticas do assassino com os partidos de direita, que pululam na Europa. Certamente, não bastam as confissões públicas de Breivik de simpatia por tal ou qual líder reacionário, a exemplo da citação do nome de Putin, para se tirar conclusões sobre a filiação do direitista cristão. É bem provável que se oculte a responsabilidade direta ou indireta de políticos, partidos e grupos da direita burguesa ao ato terrorista.

Sabe-se que Breivik foi membro do Partido do Progresso norueguês, cuja oposição à entrada de imigrantes no País e cuja xenofobia são radicais. A imprensa afirma que o matador se desfilou do Partido do Progresso por achá-lo inconsequente e que a agremiação direitista não apregoa métodos pacíficos para combater a imigração.

Começa por aqui a falsificação da explicação do porquê da chacina. A direita anti-imigrantes, racista e nacionalista xenófoba tem raízes nazifascistas. O uso da democracia ou da ditadura, dos métodos pacíficos ou dos violentos, é determinado pelas condições da crise econômica e social, portanto, da evolução da luta de classes. Fatalmente, o programa nacional-fascista levará a substituir um pelo outro ou combiná-los. Seguramente, a violência reacionária de Breivik deve ser atribuída ao

programa e doutrina do Partido do Progresso, que constitui a segunda força no Estado norueguês.

O ataque, não por acaso e nem por demência, foi dirigida contra os jovens arregimentados pelo Partido Trabalhista governante. O Partido do Progresso responsabiliza a socialdemocracia de não barrar a imigração. Com a crise, apesar de a Noruega ter o menor índice de desemprego da Europa, o número de desempregados vem aumentando. O que alimenta o nacionalismo da ultradireita. Mas a explicação da carnificina não se deve tão-somente aos problemas internos da Noruega, que ainda se encontra em situação confortável.

Na Europa, como um todo, principalmente na ocidental, a direita e a extrema direita burguesa têm progredido. A socialdemocracia, na última década, vem sendo identificada com a estagnação econômica e com a incapacidade de responder ao desemprego. Não teve e não tem como se apresentar como um seguro à estabilidade perante a classe média. Sob o impacto da aplicação de medidas antipopulares pela socialdemocracia, abriu-se caminho para o fortalecimento da direita, a exemplo da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, etc. E mais recentemente, da Espanha e Portugal. Abertamente, os governos impõem restrições aos imigrantes e os perseguem. Jogam a culpa do desemprego nos trabalhadores africanos, árabes, asiáticos, etc. que fogem da miséria de seus países e vão para a Europa.

Na Europa Oriental e no Leste Europeu, o processo de restauração capitalismo permitiu o retorno da direita e da ultradireita. Não é de todo descabida a admiração de Breivik por Putin. Ainda que o matador de Oslo-Utoya comprove ser um fanático isolado, somente se pode explicá-lo buscando as causas na desintegração do capitalismo e na emersão das tendências fascizantes, que se alimentam da desesperada classe média. Porém, a ausência do partido revolucionário e de um movimento operário independente da política burguesa que empunhe um programa revolucionário é a chave da situação.

Não há como combater e sufocar a direita e a extrema direita, que pugnam por potenciar um programa fascista, senão com a luta de classes encabeçada pelo proletariado. A socialdemocracia há muito se esgotou historicamente. Foi enterrada na Alemanha nazista. Não tem como se levantar como uma força contrária às posições do capital financeiro, que recorrerá cada vez mais ao programa e aos métodos do nazifascismo.

O retorno dessa política está apenas no início. Sua evolução dependerá da proporção que tomará a crise mundial. A tarefa

revolucionária consiste em pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista e reconstruir a IV Internacional. O Programa de Transição condensa o principal das experiências da situação

pré-guerra e constitui a arma com a qual o proletariado enfrentará a burguesia mundial.

Protestos em Israel – um bom sinal

No último dia de julho, cerca de 150 mil trabalhadores e estudantes saíram às ruas de Tel Aviv contra a alta do custo de vida e os baixos salários. Foi considerada como uma das maiores manifestações de massa em defesa das condições de existência daqueles que trabalham e estudam.

Na penúltima semana desse mês, os estudantes deram início a um movimento de protesto contra o aumento do custo da moradia. Recorreram às ruas da capital e montaram acampamentos. Uma mobilização limitada, repentinamente, abriu caminho para outras camadas de explorados expressarem seu descontentamento com a burguesia judia e seu governo. O que evidenciou uma tendência de luta no seio das massas oprimidas judias, árabes-judias e árabes que compõem a população de Israel.

Uma greve dos médicos se arrasta por quatro meses; e a greve de fome do presidente do sindicato expõe a amplitude do conflito. A manifestação unitária por melhores condições e pelo fim do governo de Binyamin Netanyahu é um bom sinal. Os explorados indicam disposição e necessidade de lutar no terreno que lhes é próprio.

O governo alega que não pode ceder aos manifestantes porque o atendimento das exigências provocaria uma crise financeira. Mas os trabalhadores e a juventude sabem muito bem o quanto se gasta com a política expansionista de Israel contra o território palestino e o quanto a burguesia sionista investe na indústria armamentista.

Com a crise econômica, com os movimentos revolucionários em países árabes e com a luta de classes desencadeada no mundo todo, os explorados de Israel abrem os olhos para o seu inimigo interno. A ampliação dos movimentos que unifiquem os trabalhadores judeus, árabes-judeus e árabes é fundamental para se contrapor aos objetivos da burguesia sionista e do imperialismo, principalmente o norte-americano, de ampliar o colonialismo e a opressão sobre a maioria explorada do Oriente Médio.

Se as massas judias tomarem o problema em suas mãos, estará colocada a verdadeira saída do conflito na Palestina. Ou seja, a unidade dos povos, sob a política revolucionária da classe operária.

Crise estrutural do capitalismo a ponto a arrastar a economia mundial a uma recessão de consequências catastróficas para os explorados do mundo

Nesta data (02 de agosto) em que o governo dos EUA declarou o “default”, isto é, sua incapacidade de honrar suas obrigações para com os credores de sua dívida astronômica de 14 trilhões de dólares que é igual a 100% do seu produto interno bruto (PIB), o presidente Barack Obama finalmente anunciou que democratas e republicanos chegaram a um acordo no Congresso para autorizar o aumento do limite máximo da dívida (isto é autorizar o governo a continuar a pedir emprestado) e os cortes nos gastos públicos de 900 bilhões de dólares. O acordo não inclui qualquer aumento de impostos sobre os ricos ou as empresas, o corte irá afetar a classe trabalhadora e classe média. O déficit fiscal anual de os EUA é de 10% do PIB e de 1,4 trilhão de dólares.

A maior economia do mundo é a que também tem a maior dívida externa e um déficit orçamental astronômico que seria intolerável para o FMI ou o Banco Mundial em qualquer país capitalista atrasado, ao qual imediatamente cairiam com sanções e medidas de ajuste drásticas à custa população como acontece atualmente com a Grécia, por exemplo, ou como com a Bolívia, quando nos impuseram a venda de todas as empresas estatais e a abertura irrestrita ao investimento estrangeiro para o saque de nossas matérias-primas tão cobiçadas pelo imperialismo.

Na verdade, há muito tempo que os EUA deixaram de ser solventes para honrar sua dívida externa. Para pagar obrigações, contraí novas dívidas em troca da emissão de Bônus do Tesouro negociados nas bolsas de valores como parte da espiral de especulação financeira sem respaldo na produção.

O colapso da economia dos EUA é a mais forte expressão da crise estrutural do capitalismo. Se os EUA se declaram em default e suspendem o pagamento de suas dívidas, todo o castelo de cartas dos valores fictícios com os quais se move a economia especulativa capitalista entrará em colapso causando uma recessão global, com consequências desastrosas para a humanidade.

Nossas reservas internacionais de 11 bilhões de dólares virarão fumaça em um piscar de olhos, os elevados preços das matérias-primas cairão pela paralisia do aparelho produtivo mundial e a precária economia nacional vai afundar.

A autorização do Congresso norte-americano de continuar se endividando não resolve o problema do caráter fictício da economia capitalista financeira mundial que opera valores astronômicos em papéis sem o respaldo do que os economistas chamam de “economia real”, ou seja, a produção de bens. Mais cedo ou mais tarde, o volume total desses falsos valores tenderá a se equiparar ao valor real dos produtos com a conse-

quente desvalorização catastrófica das moedas que atualmente desempenham o papel de moeda mundial, o dólar e, em menor medida, o euro.

Por não se concretizar a superação da crise estrutural do sistema por meio da revolução social, a “superação” circunstancial da crise só é possível por meio da destruição periódica das forças produtivas, particularmente da força de trabalho (o componente fundamental), fechamento de fábricas, demissões em massa de trabalhadores, aumento das condições precárias de trabalho, perda de conquistas sociais, o desenvolvimento de formas de super-exploração da força de trabalho, e assim por diante. E, sob certas condições, a guerra como cenário de uma gigantesca destruição de homens e recursos. Esta destruição regular é essencial para a sobrevivência do capitalismo em seu período de decadência.

Bolívia

Não a mais falsa democracia (ditadura burguesa), nem gasolinações! Sepultar agora o governo sócio das multinacionais!

O governo que se proclama indígena, democrático, antiimperialista e revolucionário não passa de um bando de delinquentes e servos do imperialismo e da burguesia vendida do país. As provas são: o iminente gasolinação que paira sobre nossas cabeças, o açucaraço, a destruição do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré), as propinas dos Magistrados, a fome e a pobreza.

O maior obstáculo para nós bolivianos sairmos da pobreza e do atraso é a opressão imperialista e a empresa privada na Bolívia. Os empresários, banqueiros e latifundiários bolivianos fazem parte de uma burguesia vendida incapaz de tirar o país da pobreza porque rece-

Aquira com o distribuidor deste jornal:

Resistência histórica das massas à crise capitalista



Levantes dos povos árabes: Pela autodeterminação e soberania dos povos semicoloniais



Socialismo Científico

Órgão teórico do Partido Operário Revolucionário
Número 11 - Ano 12 - Novembro de 2011

História do Comité de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
40 anos da Assembleia Popular na Bolívia
140 anos da Comuna de Paris
Breve história da IV Internacional

Como contrapartida, se produzirão grandes mobilizações sociais a nível global como forma de resistência à barbárie capitalista, mas a resistência das massas tropeça no grave obstáculo da ausência de uma direção revolucionária proletária que coloque a perspectiva da revolução socialista mundial para acabar com a barbárie capitalista e libere as forças produtivas para atender às necessidades de toda a humanidade com base na propriedade social dos meios de produção.

As forças produtivas liberadas dos interesses pelo lucro, da ganância burguesa, poderão utilizar toda a capacidade tecnológica moderna para atender às necessidades de toda a sociedade e libertar os oprimidos da exploração capitalista.

(Extraído do Masas n 2228 de 05/08/11)

e a pobreza devem ser combatidos nas ruas com a ação direta até sepultar nossos opressores que nos matam de fome, para o inferno com a democracia dos ricos, suas eleições e seus parlamentos.

Revolução Social é: tirar da burguesia vendida (patrões e latifundiários) e do imperialismo (multinacionais) suas grandes propriedades privadas sem pagar indenização. Estatizando-as se transformarão em propriedade social que, sob o controle dos operários e camponeses, darão pão e trabalho para todos. Este é o Socialismo, caminho para o Comunismo.

Retomar o rumo da Assembléia Popular de 71, governarmos a partir dos Cabildos Abertos (das reuniões e assembléias da cidade com representantes revogáveis que só fazerem o que eles ditam as suas bases). Este é o Governo Operário e Camponês ou Ditadura do Proletariado: ampla democracia para a maioria e ditadura para a minoria exploradora.

Morte para o governo que nos mata de fome e sua burocracia sindical vendida!

Devemos reforçar o Pacto Intersindical para preparar as próximas lutas e recuperar a COB (Central Operária Boliviana), as federações e as confederações das mãos da burocracia sindical, a partir das bases com assembléias e comitês de greve,

(Extraído do Jornal Massas 2228 de 05/08/11)

Bolivia

No *Jornal Massas* 416, publicamos as parte I e II do folheto “O que é e o que quer o Partido Operário Revolucionário”, de Guillermo Lora. Neste, reproduzimos as partes III e IV.

O que é e o que quer o Partido Operário Revolucionário

Guillermo Lora

Parte III

Relações com os sindicatos

Os militantes do POR estão obrigados a atuar no interior dos sindicatos, naqueles que, por sua vida diária pertencem. “O sindicato é a escola do comunismo”; ali os revolucionários podem ajudar seus companheiros de classe a se orientar para sua real libertação, podem contribuir para que se mobilizem contra a opressão classista e para que evoluam em sua consciência política. Ao mesmo tempo, nos sindicatos os militantes poristas têm a possibilidade de provar a vigência do programa, de demonstrar que são os mais abnegados e capazes dirigentes e podem se fortalecer com a experiência de toda a classe. Um partido cujos militantes não atuem diariamente nas organizações da classe operária é um partido sem vida e não poderá se considerar como a vanguarda revolucionária.

O partido se relaciona com o sindicato por meio de seus militantes que atuam dentro desta organização, são eles que levam até seus companheiros de trabalho as posições partidárias diante de todos os problemas da vida sindical. O partido educa os melhores lutadores sindicais por sua capacidade, por sua firmeza na ação e pela honradez, que lhes dá uma linha de conduta para a ação. Dessa maneira, os sindicatos se transformam no campo natural da influência política. Por meio dessa luta, o partido tem a possibilidade de ganhar a confiança da maioria da classe operária.

Rechaçamos, como antirrevolucionária, a tese do apoliticismo dos sindicatos uma vez que permite que a política reacionária tome conta das organizações operárias. Nosso objetivo é outro: ganhar politicamente os sindicatos, fazer com que estes se orientem pelo caminho revolucionário que traçamos. Essa influência ideológica não deve se confundir com a bastarda ambição de tornar os sindicatos em dóceis instrumentos ou em agências passivas do governo ou dos partidos. Procuramos tornar os sindicatos em organizações revolucionárias das massas, estruturadas em torno da mais ampla democracia sindical. O POR considera que o sindicato é a forma elementar de frente única de classe, isto é, dentro dele atuam em comum diversas políticas do proletariado junto a um grande setor apartidário. Distinguimo-nos pela posição sindical unitária e nos opomos que os operários sejam perseguidos em consequência de sua militância política revolucionária. No pólo oposto se encontra o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), que se converteu em artigo de fé do sectarismo e pretende organizar sindicatos exclusivamente movimentistas, eliminando todos os opositores.

Apesar da importância vital que atribuímos aos sindicatos,

estamos longe de adotar as teses do ‘sindicalismo’, que sustenta que os sindicatos podem substituir o partido da classe operária e, inclusive, tomar o poder. O sindicato, pelo fato de que reúne todos os operários da fábrica, acima de suas divergências políticas ou crenças religiosas, é limitado em seus objetivos; pode servir de magnífico instrumento de mobilização massiva, mas não pode resolver os problemas fundamentais da classe, os quais somente podem ser resolvidos no plano político e pelo poder. Para o Partido Operário Revolucionário, a construção de um partido da classe operária independente é uma necessidade histórica imprescindível e insubstituível.

IV – Relações com outros partidos

a) Vários são partidos que se reivindicam da classe operária e, no entanto, têm radicais diferenças com o POR. As correntes estalinistas (Partido da Esquerda Revolucionária – PIR (1), Partido Comunista- PC) sustentam, violentando a história e a sociologia, que em nosso país a burguesia nacional é progressista e antiimperialista, e defendem como solução o denominado ‘governo democrático-popular’. Nos fatos, o estalinismo conclui submetendo o proletariado à direção burguesa ou pequeno-burguesa; para alcançar seu objetivo, não tem, inclusive, a menor restrição em se aliar com Falange Socialista Boliviana (FSB). Por outro lado, o estalinismo deixou uma marca sangrenta em seu caminho. O proletariado recorda o massacre mineiro de Potosí (janeiro de 1947) e o massacre branco de Catavi (fins de 1947).

Uma classe social, por estar constituída de diversas camadas, pode dar nascimento a mais de um partido. Esse fato nos obriga a nos deter em discutir as relações do POR com os partidos que se autodenominam revolucionários.

O POR não pode constituir blocos políticos com os inimigos de classe do proletariado, por exemplo, com a FSB, com o PURS etc.; que são organizações da oligarquia. Essa impossibilidade está determinada pela luta de classes e pelos objetivos do partido, um dos quais é esmagar definitivamente a oligarquia.

b) Não obstante, a luta diária pode exigir que o POR entre em relação com os partidos estalinistas ou com outros que se dizem revolucionários (MNR, etc.). A norma nessa questão está em que não é possível a menor concessão em matéria de princípios, isto é, no que diz respeito à finalidade de nossa luta: a implantação do governo operário e camponês. Por essa razão, não podemos fazer um bloco político de longo alcance com tais correntes. O que pode se tornar necessário é a luta pela concretização de acordos temporais, limitados por seu objetivo e por sua duração (um acordo

eleitoral, por exemplo). Nestes acordos, o partido não deve perder de vista que eles se justificam somente se permitir consolidar suas posições e ganhar maior influência no seio das massas. Por isso deverá se perguntar com quem se faz o acordo e para quê.

Sendo a finalidade dos compromissos temporais a de aumentar a influência do partido no interior das massas, este não deve renunciar ao direito de criticar os erros passados e atuais de seus aliados momentâneos. A renúncia ao direito de crítica equivale a renunciar ao valioso meio de educação dos explorados.

Por tais considerações, o POR, ao contrair compromissos

Peru

O Governo de Ollanta Humala será tão direitista como o de Alan Garcia

A natureza de classe do novo governo peruano é definida por sua posição sobre a propriedade privada que jurou defender contra todas as intempéries. Será um governo que continuará fielmente a política pró-imperialista e de direita de seu antecessor. A composição do novo gabinete confirma o que dizemos.

Acaba de assumir um novo governo no Peru em meio à confusão na população, vastos setores de explorados estão esperando que ele será diferente do anterior, que irá se chocar com a empresa privada e as multinacionais imperialistas profundamente enraizadas no país vizinho, para desenvolver um programa abrangente de medidas sociais que beneficiem os mais pobres, por outro lado, a direita mais pré-histórica que incorpora o fujimorismo, difunde a idéia equivocada de que Humala representa a ameaça comunista e que conduzirá a “próspera” economia peruana ao desastre, que levantará os indígenas e dos trabalhadores contra a sacrossanta propriedade privada dos meios de produção, etc.

Para descobrir a natureza de classe do governo que foi instalado em 28 de julho passado no Peru é suficiente analisar que atitude toma contra a propriedade privada. Durante a campanha eleitoral e mesmo antes se auto-definiu como um grande nacionalista que respeita a propriedade privada dos meios de produção nas mãos do imperialismo e empresários peruanos, tem feito esforços para se diferenciar de Chávez e Evo Morales, apesar de estes também encabeçarem governos burgueses cujo anti-imperialismo é mais declarativo do que real, prometeu plenas garantias para o investimento estrangeiro e interno, e assim por diante. Anunciou publicamente seu compromisso com o modelo brasileiro de Lula é caracterizado pelo seu servilismo à burguesia interna e sua submissão ao imperialismo norte-americano.

Por tudo o que dizemos, o novo governo peruano é um burguês encoberto e disfarçado de “popular” como pretendem mostrar Chávez e Morales, mas que desde o início, é visto como francamente de direita e pró-imperialista.

Seu primeiro gabinete confirma a nossa afirmação. Na

temporais com outras organizações políticas, uma vez que os compromissos não podem ser rechaçados por princípios, deve ter o cuidado de não confundir sua estrutura organizativa com os demais partidos, muito menos o seu programa ou sua bandeira. O Partido Operário Revolucionário deve, em todo momento, conservar sua fisionomia e sua independência.

(Extraído de Obras Completas, Tomo VIII, Guillermo Lora)

.....

Nota:

(1) PIR-Partido da Esquerda Revolucionária

chancelaria instalou Rafael Roncagliolo, representante, - dizem - da “esquerda histórica” do Peru. Que “esquerda histórica”? O estalinismo contra-revolucionário e tendências todas suas tendências direitistas? A declaração que Roncagliolo faz a imprensa justificando porque aceitou o cargo o mostra de corpo inteiro. Ele diz: “Aceitei este convite porque o presidente eleito anunciou um governo de entendimento nacional e eu sou um fanático do entendimento.” Um “esquerdista” que ama o entendimento e acordo entre carrascos e vítimas, que nega a luta de classes e, portanto, proclama a subordinação dos explorados ao capital, esse reacionário com o título de “esquerdista” está na chancelaria.

Além disso, a imprensa e os analistas políticos identificam o ministro das Finanças do Peru como representante da direita tradicional, um profundo convicto das virtudes da economia de livre mercado e do investimento privado como o núcleo da “prosperidade” da economia peruana. Esta não é uma mistura sem sentido, mas que o governo está interessado em enganar os explorados e se aliar aos empresários e às multinacionais. Quer mostrar aos investidores estrangeiros que o Peru é um país que garante a segurança jurídica para que possam operar com confiança a pilhagem dos recursos naturais sem piedade.

O erro dos analistas políticos e da imprensa é pensar que há um componente “esquerdista” no governo que pode fazer o equilíbrio com a presença da direita sobre a economia. O que acontece é que aqueles que buscam mostrar-se como “de esquerda” são tão direitistas quanto os outros e que no caminho irão forjando um governo coerente em seu destino de entregar-se, de corpo e alma, à voracidade do imperialismo. O clichê de um “novo Peru democrática e incluyente, onde pode caber tudo em perfeita harmonia” é uma farsa que se choca com a dura realidade em que as contradições de classe estão se tornando mais virulentas, realidade na qual o governo é forçado a usar da força para impor a ordem aos que não se conformam.

(Extraído do Masas boliviano 2228 de 05/08/11)

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**